

## **PROJETO DE LEI 29/2009-E**

### **DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2010-2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1.º Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2010/2013, em cumprimento ao disposto no § 1.º do art.165, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e IV.

Art. 2.º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - programa finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

III - programa de apoio administrativo: aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

IV – ação: o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V – produto: bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

VI – meta: quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 3.º A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Crédito Internas e Externas, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e, subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo único. os valores financeiros constantes nesta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas previstas, consoante a legislação tributária em vigor à época.

Art. 4.º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2010-2013 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 5.º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de revisão do Plano ou específico.

Art.6.º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus Créditos Adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 20 de agosto de 2009.

ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO  
Prefeito Municipal

## **MENSAGEM**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Em cumprimento a Lei Orgânica do Município, encaminhamos para apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, no valor de R\$ 137.800.000,000, demonstrado nos seus anexos: Anexo I, com a Estimativa das Receitas; o Anexo II, que estabelece o resumo das Metas das Ações do Governo Municipal; e o Anexo IV contendo o Planejamento Orçamentário.

O PPA para o período de 2010 a 2013, foi elaborado a partir de Diretrizes, Programas, Objetivos, Ações e Metas, com o propósito de aumentar a eficiência da estrutura administrativa para que resulte num volume maior de investimentos, com a participação da comunidade, através de audiência pública, cujas ações estão distribuídas nos programas que compõem o Anexo II deste Projeto, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>ORGÃO/ANO</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>TOTAL</b>
EXECUTIVO	27.790.600,0 0	27.782.200,00	28.986.490,00	30.984.350,00	115.543.640,00
LEGISLATIVO	959.400,0 0	967.800,00	1.013.510,00	865.650,00	3.806.360,00
PREVIAGUDO	4.000.000,0 0	4.400.000,00	4.800.000,00	5.250.000,00	18.450.000,00
TOTAL	32.750.000,0 0	33.150.000,00	34.800.000,00	37.100.000,00	<b>137.800.000,00</b>

Todos os investimentos elencados, estão em plena compatibilidade com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, o atual Estatuto das Cidades e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, elaborados através de direito de uso de software, recentemente contratado, para permitir a integração do PPA, LOA, Orçamento e demais módulos da Secretaria da Fazenda, facilitando o controle e a emissão de relatórios.

Para dirimir esclarecimentos que forem julgados necessários, colocamos à disposição a Equipe de Técnicos da Secretaria da Fazenda, que atuaram na elaboração do PPA.

Atenciosas Saudações.

ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO  
Prefeito Municipal